

ATA
11ª Reunião da Assembleia de Delegados da
Ordem dos Arquitectos (2023-2026)
2ª descentralizada

15 novembro 2025
11h00 – Sede da SR Alentejo
Híbrida

No dia 15 de novembro de 2025, reuniu a Assembleia de Delegados da Ordem dos Arquitectos (AdD), para a sua 11.ª reunião, do mandato 2023-2026, realizada em Évora (na Sede da SRAgentejo) e por videoconferência:

- **Participaram na reunião os seguintes Delegados:** Ana de Bastos, Ana Nascimento, António Maria Costa, Ana Teresa Fernandes (em substituição de Duarte Caldeira), Bernardo Amaral, Carla Vieira, Carlos Antunes, Daniel Carrapa Dias, Décio Ferreira, Francisco Freitas, Liliana Nóbrega (em substituição de João Paulo Bessa), Lucinda Correia, João Cravo, Jorge Teixeira, Jorge Toscano, Igor Espínola França, José Luís Fernandes, Lucinda Correia, Marta Falcão, Mário Martins, Patrícia d'Andrade, Paulo Pardelha, Paulo Pisco, Pedro Crisóstomo, Renato Costa, Sérgio Antunes e Teresa Novais.
- **Não participaram:** Alexandre Ferreira e Nuno Freitas que justificaram as suas ausências por fazerem parte da Mesa do Congresso.
- **Foram convidados** e estiveram presentes: a Presidente da Secção Regional do Alentejo, Arq^a Cláudia Gaspar, o Vice-Presidente Arq^o Nelson Rosmaninho, e o Presidente do Conselho Diretivo Nacional - Arq^o. Avelino Oliveira.
- **Participaram ainda** o Assessor Jurídico da AdDelegados – Dr. Bernardo Pinheiro (on-line) e a responsável pelo secretariado administrativo, Fátima Marques.

Ordem de Trabalhos:

1. Boas-vindas da Presidente do Conselho Diretivo Regional do Alentejo,
2. Aprovação da ata da última reunião, realizada em 12 de julho;
3. Relatório sobre o ponto de situação sobre a encomenda em Portugal e ações a tomar
 - a. Análise do documento apresentado pelo CDN (em anexo);
 - b. Discussão sobre eventual ação pública em defesa da arquitetura e do interesse público;
4. Análise, discussão e votação do Acordo entre a OA e a APAP sobre a integração dos Arquitectos Paisagistas na OA;
5. Outros assuntos.

O Presidente, Jorge Teixeira, constatada a existência de quórum, declarou iniciada a reunião às 11h25. Saudou e agradeceu a presença de todos, solicitando igualmente autorização para proceder à gravação da sessão.

De seguida, o Presidente da Assembleia contextualizou a realização desta reunião descentralizada, aproveitando a ocasião do 17.º Congresso da Ordem e o convite da SR Alentejo para acolher a AdDelegados, agradecendo na pessoa do Sr. Vice-Presidente, Arq.º Nelson Rosmaninho.

Informou ainda sobre a nova Delegada da região de LVT, Arq.^a Lucinda Correia, aceitou assumir funções em substituição da Arq.^a Susana Rato, após renúncia desta ao cargo. A quem deu as boas-vindas e agradeceu a sua participação, ainda que por via telemática.

Ponto 1. Boas-vindas da Presidente do Conselho Diretivo Regional do Alentejo

O Vice-Presidente da Secção Regional do Alentejo, Arq.º Nelson Rosmaninho, informou que a Presidente, Arq.ª Cláudia Gaspar, em virtude de se encontrar a decorrer o Congresso, não conseguiu chegar a tempo à presente reunião, prevendo, contudo, a sua presença mais tarde, pelo que, na sua pessoa, deu as boas-vindas a todos e agradeceu à Assembleia por ter aceitado o convite para realizar a reunião na Sede da Secção Regional do Alentejo, sublinhando a honra que tal representa para a Secção. Formulou, ainda, votos de uma reunião produtiva e de trabalhos frutíferos.

Ponto 2. Aprovação da Ata da 10ª reunião, realizada em 12 de julho

O Presidente da AdDelegados informou que não foram recebidos quaisquer pedidos de alteração à ata previamente enviada e questionou se alguém desejava ainda apresentar alguma correção. Não havendo intervenções, submeteu à votação a **Ata da 10.ª Assembleia de Delegados**, que foi **aprovada por unanimidade** pelos membros presentes na reunião em questão.

Ponto 3. Relatório sobre o ponto de situação sobre a encomenda em Portugal e ações a tomar

- a. Análise do documento apresentado pelo CDN;
- b. Discussão sobre eventual ação pública em defesa da arquitetura e do interesse público.

O Presidente, Jorge Teixeira, concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Diretivo Nacional para a apresentação do ponto em análise.

Avelino Oliveira saudou e agradeceu a presença de todos, procedendo à apresentação e aos esclarecimentos relativos ao **“Relatório sobre o ponto de situação sobre a encomenda em Portugal e ações a tomar”**, apoiando-se numa apresentação em *PowerPoint*. Destacou ainda o conjunto de reuniões realizadas com diversos órgãos e entidades relevantes.

Informou que o segundo relatório já se encontra em elaboração e deverá estar concluído dentro de um prazo estimado de um a dois meses, para posterior partilha.

Concluída a apresentação, foi aberta a fase de discussão, convidando-se os Delegados a colocar questões e pedidos de esclarecimentos ou sugestões:

Pediram a palavra os arquitetos:

Ana Nascimento - No âmbito da prática corrente da encomenda pública tem vindo a verificar-se uma crescente transferência da encomenda para modelos de conceção–construção o que reduz de forma significativa o espaço de afirmação da arquitetura de autor e do papel do arquiteto. Neste modelo, os arquitectos surgem frequentemente como assalariados de empresas de construção integradas em consórcios ou como subadjudicatários, sujeitos a condições económicas restritivas, sem controlo, sem verdadeira autonomia disciplinar e fora de parâmetros efetivos de igualdade e equidade concorrencial.

Esta lógica contribui para a subalternização da arquitetura, remetendo-a para um plano secundário, predominantemente instrumental, onde o critério do menor custo global da proposta se sobrepõe à qualidade do projeto, à reflexão arquitetónica e no final com resultado no interesse público associado à construção no território. A arquitetura passa, assim, a ser vista sobretudo como um fator de otimização económica, e não como um contributo essencial para a qualidade do edificado, da

paisagem urbana e da vida coletiva.

Não disponho, neste momento, de uma solução fechada para este problema. Contudo, julgo que se impõe uma reflexão coletiva, no seio da Ordem dos Arquitectos e em articulação com as entidades públicas, sobre formas de revalorizar a participação dos arquitectos e das empresas de arquitetura, neste modelo conceção construção garantindo condições de mercado justas, transparentes e qualificadas face ao exposto. Importa, igualmente, recolocar no centro do debate a importância da arquitetura nas grandes obras públicas, não apenas como resposta funcional, mas como instrumento de qualificação do território, de durabilidade do investimento público e de valorização cultural do edificado.

Mário Martins - referiu que a questão da Encomenda constitui um problema concreto e estruturante, do qual a classe não pode ficar excluída. Sublinhou, contudo, que atualmente não existe preparação adequada para responder a este desafio, reconhecendo a necessidade de um trabalho prévio de capacitação, embora sem poder de momento identificar ou apresentar uma solução concreta. Alertou ainda que, na ausência dessa preparação, os profissionais com empresas de menor dimensão acabarão por ficar apenas com uma parte residual da Encomenda, enquanto os projetos de maior relevância serão concentrados nos grandes operadores, embora não sabendo qual a resolução possível para tal situação.

Jorge Toscano – enquadrou a sua intervenção no regime de urgência, referindo que os projetistas envolvidos em processos de conceção/construção são frequentemente chamados a desenvolver projetos em prazos manifestamente insuficientes, com o objetivo de responder a obras executadas em curto prazo. Acrescentou que a única facilitação relevante ocorre quando a Encomenda é promovida por Municípios, casos em que as questões de licenciamento se encontram, em regra, mais agilizadas. Concluiu defendendo que os projetistas devem procurar diferenciar-se pela qualidade e rigor do seu trabalho.

Paulo Pisco - referiu que, no contexto atualmente vivido, a intervenção dos grandes escritórios é inevitável. Defendeu que a Ordem, bem como todos os seus membros, deve proceder ao correto cálculo dos honorários das equipas envolvidas, assegurando a justa percentagem a atribuir aos projetistas.

Sublinhou ainda que, enquanto Ordem, é fundamental demonstrar ao maior número possível de membros de que forma podem adaptar-se e lidar com esta nova realidade, identificando, sem preconceitos, quais os profissionais e estruturas que se encontram em melhores condições, a nível nacional, para trabalhar nestes enquadramentos.

Jorge Teixeira - Referiu que, tipicamente e de forma simplificada, em qualquer obra se estabelece um triângulo de relações tensas e exigentes entre Cliente, Projetista e Construtor. Se numa primeira fase a relação é apenas entre Cliente e Projetista, posteriormente esta, em regra, acaba em cumplicidade e estabelece-se então a relação com o Construtor em que o Projetista está neste triângulo na defesa do seu projeto e dos interesses do seu Cliente, anteriormente acordados. Neste tipo de relações mais canónicas o Cliente está sempre defendido e, uma vez estabelecido o acordo com o cliente é também o projetista que fica defendido. Já na promoção imobiliária o tipo de relação que se estabelece entre o Produto final e o Cliente final é mais do tipo industrial em que todos estes papéis estão juntos e obedecem às suas próprias dinâmicas no contexto do promotor, resultando num produto que se coloca no mercado. Aí, apesar da diluição do papel do autor do projeto e uma certa indefinição da identidade do Cliente, o Cliente final defende-se pela escolha no mercado do produto acabado que melhor corresponde às suas necessidades. Já os processos de conceção/construção misturam estas duas dinâmicas. É como se um de nós decidisse investir o seu dinheiro e expectativas no próximo produto de uma determinada marca automóvel partindo apenas de características genéricas. Estou em crer que, por muito prestígio que tivesse uma determinada

marca, ninguém compraria um automóvel que nem sequer desenhado está. Isto coloca um enorme desafio aos clientes, mas também aos projetistas e ao seu papel no processo de construção, pelo que temos de encontrar os meios para que esse papel seja defendido e porque apenas dessa forma podemos defender também o interesse público.

Avelino Oliveira - manifestou que, caso existam sugestões e disponibilidade da classe para se unir e promover uma discussão alargada sobre o tema, tal será naturalmente positivo. Manifestou, contudo, a convicção de que essa mobilização dificilmente ocorrerá antes de a classe sentir diretamente os impactos da situação. Alertou ainda para o papel dos grandes empregadores, defendendo que é necessário reivindicar junto dos mesmos, sob pena de os profissionais ficarem totalmente afastados deste contexto, sublinhando a importância de uma postura mais interventiva.

A Presidente da SR-Alentejo, **Arq.ª Cláudia Gaspar** - tendo, entretanto, entrado na reunião - apresentou desculpas pelo atraso, saudou e agradeceu a presença de todos. Relativamente ao tema em debate, defendeu que o arquiteto terá de assumir uma posição firme, reconhecendo que a classe atravessa um momento particularmente exigente, sendo essencial apoiar, promover e acolher as alterações em curso.

Após o debate sobre os “**Honorários na Encomenda Pública em Portugal 2023-2025**”, o Presidente do Conselho Diretivo Nacional solicitou o envio de sugestões e contributos referentes ao futuro modo de atuação, e informou, que irá, no entretanto, preparar o 2º relatório e aguardar mais algum tempo antes de entrar com qualquer ação concreta.

Ponto 4. Análise, discussão e votação do Acordo entre a OA e a APAP sobre a integração dos Arquitetos Paisagistas na OA

Depois de uma breve introdução e enquadramento sobre a integração da APAP na OA, prestada pelo Presidente do CDN, com o apoio de um documento em *PowerPoint*, em que mencionou o andamento deste assunto, com a calendarização, metodologia, representação dos arquitetos paisagistas nos órgãos da OA e as alterações estatutárias, necessárias, também sobre as contas e orçamento do APAP entre outras informações de interesse.

De seguida, foi aberto o debate à Assembleia, no qual intervieram os seguintes Delegados: Ana Nascimento, Bernardo Amaral, Igor Espínola França, Décio Ferreira, Renato Costa e José Luís Fernandes.

Os referidos Delegados colocaram diversas questões designadamente sobre:

- o número de arquitetos paisagistas existentes;
- o número de arquitetos que concluem anualmente a sua formação nas escolas;
- o orçamento da APAP;
- a eventual vontade, ou não, de todos os arquitetos paisagistas integrarem a Ordem dos Arquitetos e se a inexistência desse consenso poderá inviabilizar o processo de integração;
- o futuro da própria APAP após o processo de integração.

Apresentaram ainda contributos, sendo salientada a importância de ficarem devidamente esclarecidas todas as alterações decorrentes da transição da APAP para a Ordem, de modo a evitar confusões futuras, uma vez que nem todos os arquitetos manifestaram consenso quanto à integração dos arquitetos paisagistas na Ordem dos Arquitetos, subsistindo dúvidas sobre se existe concordância generalizada por parte da classe.

Estas e outras questões foram prontamente respondidas pelo Presidente do CDN.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



Avelino Oliveira - referiu que a questão, na sua perspetiva, não se coloca, uma vez que cerca de 90% dos arquitetos manifestam concordância com a integração dos arquitetos paisagistas, a qual foi igualmente aprovada nos dois últimos Congressos.

Prestou ainda esclarecimentos quanto ao número de arquitetos paisagistas existentes, bem como ao respetivo orçamento. Relativamente à eventual extinção da APAP, afirmou não dispor de informação concreta, admitindo, contudo, que a associação possa vir a reorientar a sua atividade para outros domínios, nomeadamente a investigação, entre outros.

Após a discussão e esclarecidas todas as dúvidas, foi colocado à votação o “**Acordo entre a OA e a APAP sobre a integração dos Arquitetos Paisagistas na OA**” o qual **foi aprovado por unanimidade**.

Ponto 5. Outros assuntos

Não foram abordados quaisquer outros assuntos na AdDelegados.

Assim, terminada a ordem de trabalhos e não havendo outros assuntos a debater, o teor desta Ata Sintética foi lido e colocado à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade** pelos delegados presentes (26) e subscrita pelo Presidente da Mesa.

O Presidente deu, assim, por encerrada a reunião às 13 horas e 20 minutos, e agradeceu a presença e participação de todos.

Jorge Teixeira, Arq.º
Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

Décio Ferreira, Arq.º
Vice-Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados